1920, dada a patente que pelo decreto n.º 5:724, de 10 de Maio de 1919, devem ter os membros do Conselho Superior de Disciplina e Promoções do Exército Colonial;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É revogado o disposto no § único do artigo 85.º do decreto n.º 7:029, de 16 de Outubro de 1920.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 3 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luis Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *João Namorado de Aguiar* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Eduardo Augusto Marques* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Repartição de Fiscalização da Administração Financelra das Colónias

Decreto n.º 19:203

Havendo o artigo 54.º do decreto n.º 6:326, de 2 de Janeiro de 1920, mandado cessar o uso das fôlhas modelo 5 do regulamento geral da administração da fazenda das colónias, de 3 de Outubro de 1901;

Reconhecendo-se porém a necessidade de se permitir a utilização das referidas fôlhas além da dos títulos modelo 4 do mesmo regulamento;

Nos termos dos n.ºs 1.º e 9.º da alínea b) da VIII das bases orgânicas da administração colonial, aprovadas pelo decreto n.º 15:241, de 24 de Março de 1928;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º Os governos das colónias são autorizados a mandar adoptar as fôlhas modelo 5 e os títulos modelo 4 do regulamento geral da administração da fazenda, de 3 de Outubro de 1901, simultânea ou separadamente, conforme julgarem de mais conveniência para a boa execução dos respectivos serviços.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 6 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Eduardo Augusto Marques*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior
e das Belas Artes

2.ª Secção

Decreto n.º 19:204

Tendo em vista a proposta da Faculdade de Ciências da Universidade do Lisboa que reconhece a conveniência da supressão de um lugar vago de contínuo do quadro do seu pessoal e da criação de um lugar de ajudante de conservador da biblioteca da mesma Faculdade, com vencimento igual aos dos contínuos;

Atendendo a que desta forma não importa aumento de despesa e corresponde a uma impreterível necessidade;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinto por desnecessário um lugar de contínuo, actualmente vago, no quadro do pessoal da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Art. 2.º É criado, em sua substituição, um lugar de ajudante de conservador da biblioteca da mesma Faculdade, com o vencimento correspondente ao lugar de contínuo.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 23 de Dezembro de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luis Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *João Namorado de Aguiar* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Eduardo Augusto Marques* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Direcção Geral do Ensino Técnico

Decreto n.º 19:205

Atendendo ao disposto no decreto com força de lei n.º 19:081, de 2 do corrente mês, que aprova o Estatuto da Universidade Técnica de Lisboa, e nos termos da base 8.ª do referido decreto;

Ouvida a Secção do Ensino Técnico do Conselho Superior de Instrução Pública;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Instrução Pública:

Hei por decretar o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o regulamento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, que faz parte integrante deste decreto.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 6 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Gustavo Cordeiro Ramos*.